

AS POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL: O CASO DA REGIONALIZAÇÃO NO MERCOSUL

Nora Rut Krawczyk

RESUMO

O texto aqui apresentado é um produto parcial de uma pesquisa que pretende analisar as mudanças das dinâmicas institucionais das universidades no contexto do processo de integração regional do Mercosul e as possibilidades de construção de um pensamento social latino-americano. Para isso, serão focalizadas três dimensões de análise: 1) As políticas governamentais (através de suas agências de fomento); 2) As políticas e práticas das associações interinstitucionais universitárias; 3) As políticas e práticas institucionais das universidades. Neste primeiro momento, apresento uma análise das políticas governamentais de internacionalização da universidade Brasileira no contexto do processo de integração regional do MERCOSUL. Examina os Programas de Intercâmbio acadêmico /científico regional e as possibilidades de construção de uma produção acadêmica regional. políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Regionalização; Políticas Universitárias; América Latina; Mercosul

THE POLICIES OF INTERNATIONALIZATION OF THE UNIVERSITIES IN BRAZIL: THE CASE OF THE REGIONALIZATION OF THE MERCOSUR

ABSTRACT

This text is a partial product of a research project that intends to analyze the changes in the institutional dynamics of universities in the context of the process of regional integration of the Mercosur and the possibilities of elaborating a Latin American social thought. To this end, three dimensions will be analyzed: 1) governments policies seen through their development agencies, 2) policies and practices of inter-university associations; 3) policies and institutional practices of the universities. At this time, we present an analysis of government policies for internationalization of the Brazilian university in the context of the process of Mercosur regional integration. We examine Academic and Scientific exchange programs for the region and the possibilities of developing an regional academic field.

KEYWORDS

Regionalization, university policies, Latin American, Mercosur

INTRODUÇÃO

Temos ouvido muito falar, nos últimos anos, de reformas tanto na educação básica quanto na superior. No caso das reformas que atingem as universidades, elas são consequência das influências dos organismos internacionais e de políticas dos órgãos governamentais. Estas mudanças estão vinculadas às novas relações entre Estado e universidade que estão acontecendo nos diferentes países da região, mas também vinculadas à construção de políticas educacionais regionais e de internacionalização das instituições.

É possível observar que, originalmente, no período medieval, a universidade tinha um forte caráter internacional e que, como consequência da construção dos Estados nacionais modernos, sofreu um processo de nacionalização.

Este processo não eliminou as necessidades do caráter internacionalista da produção do conhecimento científico que se vinculou, ao longo do século XX, às necessidades e pressões dos Estados, das sociedades e do mercado no contexto do desenvolvimento nacional.

No início do século XX, a universidade latino-americana teve uma presença importante nos cenários políticos nacionais. A primeira reforma do século XX, em 1918, que se originou em Córdoba (Argentina), trouxe para a universidade o princípio de autonomia universitária, a representação dos estudantes, graduados e docentes no autogoverno; a modernização do ensino; e, principalmente, um compromisso com a questão social que marcou o desenvolvimento posterior do movimento estudantil na Argentina e nos outros países da América Latina.

Mas, só na metade do século XX, a universidade latino-americana ganhou caráter massificado, devido ao aumento da demanda das classes médias por este nível de ensino; aos processos de migração para as grandes cidades e, principalmente, ao processo de industrialização ligado à substituição de importações. Isto resulta num forte investimento estatal e na crescente diferenciação de funções da universidade promovido pela ideologia desenvolvimentista e pelo desejo de transformar o modelo universitário tradicional. O desenvolvimento do sistema universitário latino-americano, a partir da década de 50, deu um forte impulso à formação de recursos humanos e à modernização social.

Em cada um dos países, este processo deveu-se, entre outros fatores, à crescente importância da universidade no fortalecimento das economias nacionais e nos seus processos de desenvolvimento tecnológico e científico.

Com a influência e financiamento de entidades internacionais¹, iniciou-se entre 1930 e 1950 um processo de institucionalização das atividades de pesquisa científica como parte inerente das atribuições das universidades da região. Estas, por sua vez, incentivaram o debate em torno da problemática do desenvolvimento socioeconômico e de saúde nos países latino-americanos.

Entre as décadas de 1950 a 1980, é possível perceber um processo de forte institucionalização e expansão do sistema universitário latino-americano, sendo que em alguns países esse Sistema ficou mais consolidado que em outros. Além disso, no caso argentino, contrário à experiência brasileira, o crescimento do ensino superior e do desenvolvimento científico foi impedido pelos governos militares que se sucederam entre 1966 e 1983.

Ao mesmo tempo em que o modelo acadêmico norte-americano foi se impondo na região, o desenvolvimento do fomento à pesquisa científica adotou o modelo francês como referência de institucionalização. Enquanto nos Estados Unidos o incentivo à pesquisa nas universidades estava ancorado, nesse período, no apoio de fundações públicas e privadas, na América Latina, em face da ausência de um setor empresarial interessado no desenvolvimento científico e tecnológico, instituiu-se o fomento à pesquisa na base exclusivamente do financiamento público. Assim, os governos latino-americanos também, neste período, suas agências nacionais de fomento à pesquisa, tais como o CNPq e a Capes no Brasil. O avanço da industrialização e a complexidade da administração pública no final da década de 1940 trouxeram à tona a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores nos mais diversos ramos de atividade: de cientistas qualificados em física, matemática e química a técnicos em finanças e pesquisadores sociais.

Desta maneira, iniciou-se um processo de maior aproximação do Estado com a universidade, por meio da definição de políticas públicas de fomento à pesquisa e formação de pesquisadores em diferentes países da região. Esse processo instaurou uma nova lógica de regulação institucional² nos anos seguintes à criação das agências nacionais.

¹ Tais como Ford Foundation (1936), no campo das ciências sociais; a Rockefeller Foundation (1913), no dos estudos populacionais e medicina; e a Kellogg Foundation (1930), na esfera da saúde coletiva e educação.

² Por regulação institucional entendemos “o conjunto de ações postas em prática por uma instância (governo, hierarquia de uma organização) para orientar as ações e interações dos atores sobre os quais detém uma certa autoridade” (MAROY; DEPRIEZ *apud* BARROSO, 2003, p. 38). Segundo Barroso, “esta abordagem institucional põe em evidência, no conceito de regulação, as dimensões de coordenação, controle e influência exercidas pelos detentores de uma autoridade legítima...” (BARROSO, 2003, p. 38).

Nos anos 80 e 90, diferentemente das décadas passadas, iniciou-se um processo de manifestação de desconfiança na produção universitária e surgiram novos mecanismos de controle da qualidade, atrelados aos novos requerimentos econômicos (que buscavam uma relação mais direta com as necessidades do mercado), rompendo com as formas tradicionais, baseadas principalmente na validade oficial dos títulos.

Assim, a partir dos anos 80 (nos países centrais) e 90 (na América Latina), surgiu uma série de reformas que modificariam a relação entre a universidade e o Estado, a universidade e a economia em todo o mundo ocidental. Esta nova relação poderia caracterizar o terceiro momento de reformas da universidade no século XX, homogeneizada, principalmente, em torno das seguintes características: uma nova lógica de regulação institucional (ancorada na idéia de autonomia avaliada) e a inversão na lógica do serviço educativo, que passou a ser orientado pela demanda social e do mercado. Estas características evidenciam, por um lado, um novo estágio na presença do Estado e, por outro, a substituição nas políticas universitárias de um modelo de desenvolvimento econômico nacional pelos interesses particulares do mercado. Assim, as políticas nacionais vêm gradualmente mudando o foco de ensino e pesquisa nas universidades públicas, deixando de ter como principal preocupação as indagações e curiosidades científicas e passando a privilegiar os interesses comerciais e estratégicos (CONTENTO, 1998; KRAWCZYK; SANDOVAL, 2007).

Estas mudanças na universidade contemporânea levaram Slaughter e Leslie a cunhar o conceito de “capitalismo acadêmico”, que define a maneira pela qual as universidades e seus pesquisadores reagem frente à tendência neoliberal de vincular as políticas de ensino superior às necessidades da política econômica. Nesta fase de capitalismo acadêmico, os pesquisadores e administradores universitários são induzidos a participar de ambientes competitivos para captação de recursos públicos e privados, direcionando seus projetos segundo os interesses do mercado. A tendência ao “capitalismo acadêmico” produz “acadêmicos” que cultivam perspectivas e comportamentos institucionais semelhantes ao empreendedor no mercado, usando sua lógica para competir por verbas externas para pesquisa, investimentos institucionais, parcerias empresa-universidade e outras formas de geração de recursos financeiros. Em muitas instâncias, “empreendedores acadêmicos” são subsidiados pelos próprios recursos públicos, com finalidade de gerar lucros pessoais e institucionais em contexto de universidades com tradições públicas não-lucrativas (SLAUGHTER; LESLIE, 2001).

Segundo Gibbons *et al.* (*apud* KROTSCH, 2003), “as faculdades têm se convertido em grandes centros administrativos, antes do que intelectuais (...). A especialização tem levado as universidades a abandonar a maioria das aspirações morais e culturais que transcendem a acumulação de experiência intelectual e profissional” (p. 104). Ao mesmo tempo, a gestão acadêmica das universidades também vem sendo afetada pelas políticas de regionalização, promovidas pelos governos nacionais por meio de incentivos, de intercâmbio acadêmico e científico, associados à necessidade de integração dos países para a construção de blocos regionais.

Nos últimos 20 anos, é possível observar também, concomitantemente à formulação de políticas homogeneizantes que atingem as universidades, o esboço de um novo processo de transformação, talvez de “transnacionalização”, na medida em que a universidade começa a sentir as pressões dos Estados, das sociedades e do mercado no contexto do novo estágio da globalização e da competitividade internacional que tem levado à necessidade de integração com outros países para a construção de blocos regionais. Acontecendo quase simultaneamente, estes dois processos trazem uma nova tensão no cenário universitário, principalmente no âmbito da produção do conhecimento, entre um incipiente processo de “transnacionalização” ou regionalização e as políticas de homogeneização, sob o comum denominador de políticas de integração da região.

Atualmente, podemos encontrar um debate importante sobre o processo de integração regional das universidades da Europa e também das Américas do Norte e Central. Isso ocorre como consequência das políticas governamentais implementadas na construção dos blocos da União Européia (UE) e do Tratado de Livre Comércio de América do Norte (Nafta), orientadas em primeiro lugar à inserção dos diferentes países no mundo econômico globalizado.

No caso do Mercosul, podemos dizer que já existem, ainda que incipientes, políticas governamentais e universitárias de integração – por meio, principalmente, do intercâmbio acadêmico de professores e alunos das universidades da região. O processo de integração universitária no Mercosul vem se dando da mesma forma que no caso da UE: de cima para baixo e focalizado principalmente na equivalência dos sistemas universitários –pela padronização curricular–, buscando melhores condições de empregabilidade e de competitividade regional no âmbito internacional. Neste sentido, a intencionalidade de integração das universidades dos países que compõem o Mercosul parece estar fortemente marcada pelas necessidades de desenvolvimento dos mercados regionais e sua

competitividade internacional. Os incentivos (promovidos pelas instâncias governamentais, universitárias, empresariais e pelos organismos internacionais) para a integração regional das universidades parece estar se inserindo contraditoriamente na lógica do “capitalismo acadêmico”.

Outro elemento importante a destacar do processo deslanchado nos últimos anos é que o caráter da integração das universidades do Mercosul não necessariamente pressupõe um processo de regionalização da produção do conhecimento. Entendemos por regionalização da produção do conhecimento a construção coletiva de um saber regional que permita enfrentar criticamente os desafios colocados às sociedades nesta fase da economia globalizada. Neste sentido, as construções coletivas da produção do conhecimento regional pressupõem que os pesquisadores e suas instituições passem a se pensar a si próprio fora dos limites nacionais e assumam enfoques transnacionais.

A tradição de uma perspectiva latino-americana de análise da realidade regional e a troca de experiências e preocupações promovida pelas políticas de intercâmbio podem favorecer a construção de um processo de “baixo para cima” de produção de um saber regional alternativo dos contextos sociais, políticos e econômicos regionais e internacionais.

O objetivo da pesquisa que iniciamos este ano é analisar as mudanças das dinâmicas institucionais das universidades no contexto dos processos de integração regional de constituição do Mercosul e as possibilidades de construção de um pensamento social latino-americano. Para isso, serão focalizadas três dimensões de análise: 1) As políticas governamentais (através das suas agências de fomento); 2) As políticas e práticas das associações interinstitucionais universitárias; 3) As políticas e práticas institucionais das universidades.

Neste texto vamos apresentar as políticas governamentais de regionalização da universidade no Brasil.

AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO / REGIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

As políticas de internacionalização da universidade encontram-se principalmente no campo de Cooperação Internacional de diferentes instituições governamentais de desenvolvimento de recursos humanos de ensino superior e de desenvolvimento científico e tecnológico. No primeiro caso, encontramos a CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – que está vinculada ao Ministério de Educação e no segundo o

CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que está vinculado ao Ministério de Ciência e Técnica. Ainda que estas instituições tenham sido criadas com essas especificidades, na atualidade, elas são bem mais tênues, desenvolvendo ambas políticas de desenvolvimento de pesquisa e formação de recursos humanos. A diferença radica em que as atividades do CNPq estão orientadas pelas políticas do Ministério de Ciência e Técnica e no caso da Capes é a instituição responsável pela definição de políticas de formação de recursos humanos de ensino superior e acompanha as grandes tendências de política internacional governamental.

Em ambos os casos vamos encontrar políticas de fomento à cooperação internacional das universidades brasileiras, já que elas visam por um lado, o desenvolvimento científico-tecnológico nacional em conjunto com outros pólos científicos – tecnológicos de alto nível e por outro, a inserção internacional da universidade brasileira.

Se analisarmos o conjunto de Programas de Cooperação Internacional desenvolvidos nos últimos anos por ambas as instituições poderemos observar a seguinte tendência:

- Programas de Formação – graduação: intercâmbio de estudantes de graduação para fomentar a mobilidade de estudantes de excelência.
- Programas de Formação – pós-graduação no exterior: formação de pesquisadores em nível de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Pode ser realizado nas modalidades: sanduíche e integral, nas universidades destinatárias.
- Programas de Pesquisa Conjunta entre Países: cooperação científica interuniversitária através de pesquisa e/ou publicações conjuntas entre os países. Contempla também intercâmbios de estudantes e professores.
- Programas de Formação – Recursos humanos locais: apoio de visitas de média ou longa duração de professores estrangeiros convidados por cursos de doutorado de Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras; apoio à inserção acadêmica de destacados professores brasileiros em renomadas instituições de ensino superior no exterior (para ministrar aulas, realizar pesquisas e desenvolver atividades de orientação técnica e científica). Este tipo de programa incrementa as relações bilaterais no meio acadêmico e a divulgação da ciência, tecnologia e cultura brasileiras no país envolvido.
- Programas de Formação Interinstitucional: intercâmbio acadêmico de estudantes e/ou professores/pesquisadores de pós-graduação para qualificação dos programas de pós-graduação das instituições brasileiras.

A partir de 2001, as políticas de cooperação científica e tecnológica internacional tomam maior fôlego no Brasil, no marco de uma política de abertura a novos mercados e de construção de uma liderança regional. Tradicionalmente, a cooperação universitária internacional era realizada principalmente com a França, com Alemanha e com E.E.U.U., enfatizavam no intercâmbio a formação de recursos humanos por meio de bolsas de estudo e o financiamento para pesquisa acadêmica. Hoje existe na política externa do governo brasileiro

um maior incentivo também para a cooperação Sul/Sul, isto é com Índia, China e África; também com países de língua portuguesa e com América Latina. As políticas de cooperação privilegiam mais os projetos institucionais do que as solicitações individuais e abrangem não somente o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, mas também a pesquisa aplicada para, por exemplo, a geração de saberes e desenvolvimento industrial.

No caso de América Latina, as políticas de Cooperação Internacional são muito insipientes, e estão vinculadas a fomentar a integração do Brasil com o resto de América Latina e principalmente, com o propósito do governo brasileiro de colocar o País na liderança do continente latino-americano.

Nos últimos 50 anos têm mudado notavelmente a situação regional, nas posições relativas dos países, os níveis de modernização e inserção no contexto mundial. Esta assimetria resultará hoje em uma das maiores dificuldades com as quais tem que lidar o governo brasileiro para poder construir uma política de integração regional.

A parceria ‘chave’ para que o Brasil possa ter uma forte inserção regional é, segundo as autoridades brasileiras, Argentina.

Ainda que a implementação de políticas de cooperação entre as universidades brasileiras e Argentinas seja bastante difícil devido, entre outros, à historicidade do ensino superior em ambos os países e das dinâmicas governamentais de gestão, as dificuldades com os outros países da região parecem ser maiores.

Com os outros países da região, as dificuldades para implementação de políticas de cooperação estão vinculadas principalmente ao escasso desenvolvimento do ensino superior e a sua política internacional. Por exemplo, o México não tem manifestado interesse em iniciar uma aproximação com o Brasil e o Chile, só a partir do governo de Bacheller que começa a se perfilar uma política de integração científica e tecnológica com América Latina. Também existem outros casos, tais como Paraguai e Bolívia, no qual a dificuldade maior para implementar políticas de cooperação horizontal é a assimétrica que existe entre alguns deles e o Brasil, por isso nesses casos fala-se de políticas de cooperação vertical, de ‘solidariedade’ para ajudar aos países a adquirirem níveis de excelência na formação e produção científica e tecnológica.

Os programas com bolsas para formação de graduação e pós-graduação no exterior podem ser individuais ou institucionais. Existem bolsas não só para que estudantes brasileiros

realizem parte de seus estudos de graduação e/ou seus estudos de pós-graduação no exterior, mas também para estudantes estrangeiros no Brasil³. É o caso do Programa para Estudantes de Pós-Graduação que objetiva a formação de recursos humanos, com vistas a possibilitar aos cidadãos estrangeiros de países em desenvolvimento a realização de estudos de pós-graduação em Instituição de Ensino Superior Brasileira. O PEC – PG concede bolsas de valor igual à do estudante de Mestrado (até 24 meses – bolsa CNPq) e Doutorado (até 48 meses – bolsa CAPES), para estrangeiros que venham a realizar pós-graduação no Brasil em cursos reconhecidos pelo Ministério de Educação. Também existe o PEC para alunos estrangeiros que estão cursando seus estudos de graduação, para que possam participar durante um período das atividades nas instituições brasileiras. Neste caso, o governo brasileiro só se responsabiliza pelo oferecimento de uma vaga na universidade e pelo financiamento da passagem de volta a seu país de origem.

Dentre o conjunto das políticas de cooperação internacional, citadas acima, o Brasil vem incentivando principalmente os projetos bilaterais que promovem o fortalecimento de vínculos institucionais entre países da região, seja através de programas bilaterais que financiam projetos conjuntos de pesquisa, de parcerias universitárias e/ou de formação de recursos humanos locais.

O propósito é auxiliar na formação de Recursos humanos – docentes e discentes – e melhorar a produtividade do curso de pós-graduação no Brasil.

A partir de 2001, cria-se uma nova forma de intercâmbio por meio de ‘Parcerias universitárias’ e de criação de ‘consórcios de universidades’, primeiro com países europeus e com E.E.U.U. que visam a inserção internacional da Universidade Brasileira.

Os programas não são exatamente iguais entre diferentes países. A partir de uma matriz comum, cada acordo entre países é modelado a partir das necessidades, possibilidades e condições do Brasil, dos países parceiros e das universidades envolvidas.

Os **Programas bilaterais que financiam Projetos conjuntos de Pesquisa** (realizados pela Capes e/ou CNPq) objetivam a cooperação científica das Instituições de Ensino Superior do Brasil e do País cooperante estrangeiro, que promovam a formação em nível de pós-graduação (doutorado ‘sanduíche’ e pós-doutorado) e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores. São financiadas bolsas de estudos a brasileiros e eventualmente para

³ Por exemplo, em 2006, a Capes concedeu 2.005 bolsas para estudos no exterior. O orçamento previsto para bolsas no exterior foi nesse mesmo ano 111.908.354,53 R\$. Fonte: Relatório de Gestão Capes, 2006.

estrangeiros, missões de trabalho docentes e pesquisadores, além de oferecer recursos para custeio de atividades relacionadas à pesquisa. Os projetos são financiados de maneira simétrica, eventualmente, com uma participação maior por parte do Brasil, permitindo assim a intensificação do intercâmbio nos dois sentidos. Neste momento são 395 projetos em andamentos desenvolvidos em 7 países. Os países estrangeiros com os quais o Brasil tem mais projetos conjuntos de pesquisa em desenvolvimento são França, Alemanha, Portugal, Argentina⁴ e Espanha.

Em 2006, a CAPES retomou o Acordo com a *Universidad de la República* do Uruguai (UdeLaR). Este acordo estava com suas atividades paralisadas desde 2001, uma vez que a forma de concessão prevista no antigo texto não era compatível com as possibilidades da UdeLaR. A nova redação do Acordo ajustou os termos de concessão e acrescentou a possibilidade de oferecimento de bolsas de estudo no Brasil a docentes da UdeLaR, especialmente para o nível de doutorado, conforme as carências observadas na instituição. Foram selecionados 5 projetos que iniciaram suas atividades em 2007.

Os Programas bilaterais que financiam Parcerias Universitárias são promovidos pela CAPES e objetivam criar e consolidar a cooperação bilateral por meio de parcerias universitárias, favorecendo o intercâmbio de estudantes de graduação e pós-graduação, iniciativa de adaptação de estruturas e conteúdos curriculares e metodologias de ensino entre ambas as instituições. E, situações especiais podem conduzir também à dupla diplomação dos alunos pelas instituições parceiras. Estas Parcerias Universitárias estão sendo implementadas com E.E.U.U., Alemanha, França e Argentina.

No caso da parceria com Argentina, existe um Programa assinado entre a CAPES e a SPU, denominado “Programa de Centros Associados de Pós-graduação Brasil e Argentina”. Este Programa visa estimular e fortalecer a associação acadêmica entre programas de pós-graduação de ambos países através de atividades de formação e estímulo de intercâmbio de docentes e estudantes. O programa estimula também a co-orientação de tese e a co-diplomação. Este Programa possui 23 projetos em andamento. Os projetos são financiados de maneira simétrica e contempla passagens aéreas internacionais e diárias para missões de trabalho dos docentes e bolsas e passagens para missões de estudo de alunos de pós-graduação. Cada parceria tem uma duração de 2 anos, podendo ser prorrogado por até mais um ano.

⁴ Em 2006 o Brasil estava desenvolvendo com a Argentina 66 Projetos Conjuntos de Pesquisa. Fonte: Relatório de Gestão Capes, 2006.

Este projeto iniciou-se em 2000, em plena crise econômica e política da Argentina. Na sua origem teve claramente um propósito de solidariedade com a difícil situação que atravessava o país, suas universidades e os docentes e nesse contexto, a primeira convocatória foi financiada totalmente pelo governo brasileiro, seja para os docentes e discentes brasileiros quanto argentinos.

Outra modalidade de parceria interinstitucional é o Doutorado interinstitucional, que em 2006 entrou em vigor com França e está em conversação com a Argentina. Este Programa garante a possibilidade do aluno de Doutorado brasileiro permanecer na instituição do país parceiro por um período de 6 a 12 meses e a co-orientação de tese com reconhecimento oficial dos títulos conferidos em ambos países. Para isso, o Programa garante também o financiamento da viagem ao Brasil do co-orientador para participar da Banca de Defesa de Tese.

Entre os programas multilaterais, vale a pena destacar o PROSUL e o CYTED, ambos sob responsabilidade da ASCIN - Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq.

O PROSUL – Programa Latino-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciências e Tecnologia - começou em 2001. Tem por objetivo, apoiar atividades de cooperação em Ciência e Tecnologia e Inovação entre grupos brasileiros e dos demais países sul-americanos, as quais contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico da região, mediante a geração e a apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica dos países, em temas selecionados por sua relevância estratégica e que levem à melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.

Estava prevista, no início do Programa, a criação de um fundo latino-americano de ciência e tecnologia de pesquisa, mas não se concretizou. No Brasil este Programa conta com recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia (3 milhões por ano) e não há contrapartida. O Programa envolve várias modalidades: missões exploratórias, organização de eventos, pesquisa conjunta e formação de redes de pesquisa.

As missões exploratórias foram realizadas no início do Programa pelo seu Comitê gestor para identificar problemas e temas de interesse nos diferentes países. A formação das redes tem que envolver mais de 2 países e de 6 grupos de pesquisa.

O CYTED – Programa Ibero-americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento - é um Programa também multilateral de cooperação que tem um Fundo entre vários países, gerenciado pela Espanha. O Brasil participa do Programa, mas não transfere os recursos para o Fundo, eles são gerenciados pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos – e outorgados diretamente ao coordenador Brasileiro do Projeto em questão.

Dentre as pesquisas realizadas pela Capes, foi realizado em 2006 um ‘ranking’ das Universidades estrangeiras mais conceituadas por continente (América do Norte, Europa, Oriente Médio, Ásia, América Latina e África) para a instalação de cátedras brasileiras no exterior. Também no mesmo ano foi negociada a entrada da CAPES no **programa STIC-AmSud**, promovido pelo Governo Francês, por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MAE) e do Ministério da Educação do Ensino Superior e da Pesquisa (MENESR), da França. O Programa é uma iniciativa da cooperação francesa e brasileira com o intuito de incentivar e reforçar a colaboração e a formação de redes de pesquisa na América do Sul (AmSud) e o desenvolvimento no domínio das Ciências e Tecnologias da Informação e da Comunicação (STIC). Participam do programa a França, o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Chile e o Peru. O programa é inovador, uma vez que exige a participação multilateral nos projetos conjuntos de pesquisa, do Brasil, da França e um terceiro país da América do Sul. O início das atividades está previsto para 2007.

EXISTE UMA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NA AMÉRICA LATINA?

Dizemos anteriormente que as políticas de Cooperação com os países latino-americanos estão vinculadas a fomentar a integração do Brasil com o resto da região e principalmente, forma parte das políticas regionais de construção de uma liderança do Brasil no continente latino-americano.

Até agora vimos um conjunto de programas que tendem a inserir a universidade brasileira na região seja por meio da cooperação e integração científico tecnológica, seja pela cooperação solidária do Brasil na formação de recursos humanos locais.

Esses programas têm como alicerce a experiência acumulada obtida na implementação de políticas de cooperação internacional com Europa e com E.E.U.U, nas quais os governos vêm investindo desde 1994.

A política de regionalização universitária acompanha de alguma maneira a política de integração do Brasil na América Latina em outros campos, principalmente o econômico. O investimento do Brasil nos programas de intercâmbio institucional na América Latina tem várias finalidades:

- O desenvolvimento na universidade brasileira e na região de produção científico-tecnológica voltada para os problemas regionais, produção difícil de ser realizada de forma unilateral.
- Mecanismo de aproximação política entre os países e para contar com a sua ‘simpatia’ e apoio nas instancias internacionais, tais como a OEA, na ONU, etc.
- É uma forma de legitimação da política externa brasileira, porque mostra que a política governamental está respaldada pela comunidade científica.
- A presença de docentes e alunos estrangeiros nas universidades brasileiras lhes possibilita conhecer a cultura, a língua, a organização social, a legislação brasileira, etc. São futuros profissionais que terão um vínculo afetivo, conhecimentos sobre o Brasil e contatos no País o que poderá facilitar a promoção de novos vínculos comerciais, políticos e culturais. Ao mesmo tempo, é importante incentivar a estadia de docentes e alunos brasileiros em países estrangeiros para que conheçam sua língua, cultural, organização social, legislação, etc., possam comparar com a realidade brasileira (reconhecer suas virtudes e problemas) e tenham uma aproximação maior e facilidade de estabelecer novas relações.

A inserção internacional das universidades e dos docentes é incentivada de várias maneiras. Uma das mais visíveis é através da avaliação dos currículos lattes dos profissionais quando solicitam financiamento para atividades de pesquisa e/ou participação em eventos científicos, etc. Em 2007, na Ficha de Avaliação dos Programas/cursos Acadêmicos das Instituições Superiores no Brasil⁵ incluiu-se em dois quesitos a avaliação da integração e solidariedade regional com outros programas de pós-graduação. No quesito Inserção Social, abrange agora também a “Integração e cooperação com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação”, que avalia a “participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos, participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-graduação em regiões ou sub-regiões geográficas menos aquinhoadas”. Por sua parte, a síntese final do conjunto da avaliação da instituição em questão contempla 3 itens. O último item, vinculado diretamente à Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa foi incluído a partir de 2007. Este item pretende avaliar a integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e visibilidade ou transparência dada à sua atuação.

⁵ A avaliação dos cursos de pós-graduação faz parte das responsabilidades da Capes desde 1981. O Programa de Acompanhamento e Avaliação criado nessa época, além de contribuir para a criação de mecanismos efetivos de controle de qualidade, fortalece a relação da Capes com a comunidade científica e acadêmica. Neste período é criado o Sistema Nacional de Avaliação de Programas de Pós-graduação ao qual estão atrelados os processos de credenciamento de títulos, as concessões de bolsas de estudo e os auxílios aos programas e docentes engajados nas atividades de pós-graduação no País.

O diálogo entre a comunidade acadêmica brasileira e de outros países latino-americanos foi bastante importante nas ciências sociais e em algumas ciências exatas durante a década de 60 e 70. Este diálogo foi promovido entre outras coisas pelo deslocamento a outros países e instituições os pesquisadores que foram exilados de seus países de origem durante as ditaduras militares acontecidas nessas décadas na região e produziu-se uma série de análises originais.

No período que vai desde os anos de 1960 até os dias atuais o Brasil a comunidade científica buscou uma aproximação maior com alguns países europeus e com E.E.U.U. para poder inserir-se na comunidade científica internacional. Já no início dos anos '50 do século XX, vinham se implementando políticas junto com as universidades e institutos de ensino superior para contratar professores visitantes estrangeiros, estimular atividades de intercâmbio e cooperação entre instituições, conceder bolsas de estudos no exterior e apoiar eventos de natureza científica.

O escasso diálogo acadêmico do Brasil e a assimetria hoje presente entre os países latino-americanos se manifesta num interesse bastante incipiente dos docentes e discentes pela cooperação acadêmica com os países latino-americanos.

Média anual de bolsas no exterior por país de destino em 2006

Área de avaliação	Nº. de bolsas/ano						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
1 Estados Unidos	465	430	466	446	470	532	
2 França	357	311	323	355	420	467	
3 Grã-Bretanha	178	169	196	187	185	176	
4 Alemanha	162	80	121	153	196	203	
5 Espanha	87	84	116	121	138	163	
6 Portugal	48	63	79	91	117	138	
7 Canadá	74	56	58	66	85	82	
8 Itália	27	35	39	31	48	54	
9 Austrália	26	24	34	33	36	43	
10 Holanda	26	23	27	22	25	30	
11 Timor Leste	-	-	-	-	39	28	
12 Bélgica	8	10	10	12	16	16	
13 Nova Zelândia	5	4	7	7	6	7	
14 Suíça	8	11	11	7	8	12	
15 Suécia	3	3	4	6	9	12	
16 Áustria	1	2	4	3	4	4	
17 México	5	3	2	4	6	6	
18 Argentina	7	2	3	4	5	8	
Subtotal	1.484	1.308	1.498	1.546	1.813	1.981	
Outros (25)	13	10	15	13	18	24	
Total	1.497	1.318	1.513	1.559	1.831	2.005	

Fonte: CAPES/MEC. In: Relatório de Gestão Capes, 2006

Nas áreas onde o Brasil tem mais carências científicas e/ou tecnológicas, a academia prefere privilegiar seus intercâmbios com os E.E.U.U. Nas áreas sociais, onde o Brasil tem uma forte influência da literatura francesa, a academia prefere manter seus intercâmbios com a França. A diferença da área comercial, na universidade no Brasil a construção de laços com acadêmicos com América Latina é ainda muito incipiente.

Por sua parte, na política governamental do Brasil a cooperação, inserção, integração regional e condições de competitividade convergem para alcançar objetivos econômicos-políticos que possibilitem a inserção do País na ordem mundial. Isto acontece no marco do ressurgimento do regionalismo como forma de governança global e, ao mesmo tempo, fortalecendo o papel dos governos nacionais no processo de governança regional.

A governança regional surge como resposta aos efeitos da globalização econômica com a finalidade de fornecer aos Estados novos instrumentos de poder e legitimação, tanto no plano doméstico quanto internacional. A liderança do Brasil na governança regional é visualizada como uma estratégia importante para se fortalecer nos âmbitos de decisão regional e internacional.

Ao mesmo tempo, a assimetria de poder entre os Estados - resultado, entre outros aspectos, das condições nacionais de desenvolvimento e dependência regional e/ou internacional -, traz como elemento importante de análise os processos de regulação em construção na governança regional nos diferentes âmbitos: econômicos, educacional, etc.

Brasil parecera estar buscando construir um processo inédito na América Latina de relações institucionais bilaterais e multilaterais. O objetivo explícito desta iniciativa é construir redes e consórcios regionais de instituições de educação superior ancorada na universidade brasileira.

O Brasil encara este desafio com três importantes fortalezas: 1) um sistema de educação superior bastante desenvolvido, 2) uma forte experiência de inserção da universidade brasileira no contexto europeu e americano, e 3) políticas nacionais de cooperação dos cursos de pós-graduação já consolidados com instituições localizadas em regiões com maior carência de recursos humanos de alto nível, para que estas últimas possam organizar seus cursos de mestrado e doutorado e reduzir assim a desigualdade e assimetria regional existente entre os cursos de ensino superior no Brasil.

O que precisa ainda ser mais analisado é em que medida essa iniciativa resultará realmente a uma política de formação e produção científico-tecnológica regional ou simplesmente se ganhará a simpatia dos países vizinhos e possibilidades de mobilizar compromissos regionais e construir alianças sob a liderança do Brasil, nas instituições e espaços de poder internacional?

A parceria que o Brasil procura com Argentina no âmbito universitário não alheio de uma tendência da dinâmica e condições do mercosul, que como indicam alguns autores, tem ao Brasil e a Argentina como os dois principais Protagonistas do Mercosul. No entanto, as instituições envolvidas nesta iniciativa possuem historicidades bastante diferentes que resultam em fortes especificidades: distintos graus de institucionalidade, condições de trabalho docente muito dispare e modalidades de produção muito diferentes em cada um dos países, entre outros. Ao mesmo tempo, as universidades latino-americanas compartilham, nestas últimas décadas, uma tendência de reformas orientadas a mudar a lógica de regulação institucional, sua relação com o Estado e com o mercado.

As universidades latino-americanas têm agora o desafio de lidar com a dimensão política da regionalização. De uma perspectiva crítica elas terão que encontrar os caminhos para não deixar que a dinâmica institucional e da produção do conhecimento fique subordinada ao processo hegemônico de integração econômico regional e global e assim reforçar seu papel crítico de seu tempo histórico.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. Regulação e Desregulação nas Políticas Educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: _____. (Org.). **A Escola Pública: regulação, desregulação, privatização**. Porto: ASA Editores, 2003.

CONTENTO, J; SLAUGHTER, S., LESLIE, L. 1997. Academic Capitalism: Politics, Policies and the Entrepreneurial University. Baltimore, John Hopkins University Press. In **Education Review**, 2001. Disponível em: <<http://edrev.asu.edu/reviews/rev14.htm>>. Acesso em: fev. 2008.

KRAWCZYK, N. R.; SANDOVAL, S. A: **As políticas de regionalização das universidades do Mercosul: Um Estudo das Mudanças Institucionais**. Projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, 2007.

KROTSCH, P. **Educación superior y reformas comparadas**. Província de Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes Editorial, 2003.

SANDOVAL, S. A. Mireles. **Social science research community in Brazil** (working paper). Nova York, Social Science Research Council, maio 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AFONSO, A. Reforma do Estado e Política Educacional: entre a crise do Estado nacional e a emergência da regulação supranacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, Cedes, v. 2, n. 75, 2001.
- AMARAL, N. C. **Financiamento da educação superior**. Estado x mercado. São Paulo/Campinas: Cortez/Unimep, 2003.
- BRUNNER, J. **El contexto actual de la educación superior en América Latina**. São Paulo: Flacso/Nupes-USP, 1991.
- CERVO, A. L. Intelectuais Argentinos e Brasileiros: olhares cruzados. In: FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- DEMANGE, N. J. O Mercosul e Universidade: referências para pesquisa. **Revista on-line Biblioteca João Martins**. Campinas, v. 2, n. 2, 2001.
- GÓMEZ, J. M. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: LPP, 2000.
- KENT, R. S. (Comp.). **Experiencias de reforma en la educación superior en América Latina: los años 90**. México: Plaza y Valdez Editores, 2001.
- MORISINI, M. C. (Org.). **Universidade no Mercosul**. São Paulo: Cortez, 1998a.
- _____. (Org.). **Mercosul – Mercosur: políticas e ações universitárias**. Campinas: Autores Associados, 1998b.
- REVISTA **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE**. Universidade: reformas e/ou rendição ao mercado? Campinas: Cedes, v. 25, número especial, 2004.
- REVISTA **PRO-POSIÇÕES**: Dossiê Educação Superior: algumas tendências políticas européias e latino-americanas. Campinas: Faculdade de Educação/Unicamp, v. 15, n. 3 (45), set./dez. 2004.
- RIBEIRO, G. L. Tropicalismo e Europeísmo. Modos de representar o Brasil e a Argentina. In: FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G. L. (Orgs.). **Argentinos e brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- RICHARD N. A. The Changing Scene of Behavioral Science Research in Latin America Today: a North American view. In: ROSS, Stanley R. (Org.). **Latin America in transition: problems in training and research**. Albany, State University of New York, 1970.

Agradecimentos:

Agradeço o auxílio recebido pelo CNPq para a realização da pesquisa que dá origem a este texto.

PROFA. DRA. NORA KRAWCZYK

Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) São Paulo/Brasil. Coordenadora pela Faculdade de Educação da Unicamp do Programa de Centros Associados Brasil/Argentina, financiado pela CAPES.

Fone: 005511 30835223

E-mail: norak@unicamp.br

Recebido em: 12/01/2008
Publicado em: 02/07/2008